

O ceticismo em matéria econômica virou marca brasileira, depois de quatro décadas de fracasso de intervenção estatal na economia, inflação descontrolada e a maior concentração de renda neste século. O Brasil foi cético em relação à dívida externa. Dizia-se que o problema era insolúvel e a dívida impagável. A solução, a moratória eterna.

A mesma atitude de desdém se repetiu quando o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, apresentou em 87 proposta de capitalização da dívida e de perdão de parte dos juros pelos credores. O tempo mostrou que Bresser tinha razão. A proposta brasileira — apresentada com algumas modificações na gestão Marcílio Marques Moreira pelo negociador da dívida externa, Pedro Malan — acabou sendo absorvida pela comunidade financeira internacional, graças ao Plano Brady, feito pelos EUA como solução para os países em desenvolvimento altamente endividados.

As propostas de renegociação das dívidas dos estados brasileiros, as quais incluem a solução para os problemáticos bancos estaduais — vergados pela inadimplência dos empréstimos ao próprio acionista controlador, e pelo impacto que a queda da inflação

trouxe aos bancos em geral — são tratadas com o mesmo ceticismo.

Só o apego ao passado que não deu certo pode justificar a preferência pelo imobilismo no caso do saneamento das finanças estaduais. Há um cardápio de opções para todas as situações: renegociação de parte das dívidas, vinculadas a rígidos programas de contenção de gastos (a partir da aprovação das reformas administrativa e tributária), privatização de empresas e profunda transformação dos bancos estaduais.

Há estados literalmente quebrados, como Alagoas, cuja folha de pagamentos consome 105% da receita. No Rio, os gastos com pessoal devoram 80% da receita. Se os governadores quiserem readquirir a capacidade de investir no campo social, precisam abrir mão de empresas ineficientes — e os bancos estaduais são bom exemplo.

Bancos de porte e tradição, como o Bamerj, o Credireal, o Bemge, e até mesmo o Banespa, devem ser privatizados para ajudar a saldar a dívida dos estados. Os inviáveis devem ser liquidados pura e simplesmente. Há outros cuja solução prática é transformá-los em bancos de fomento. Outros devem virar agências de desenvolvimento. As soluções só pedem decisão política.